

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.302.476 - RJ (2018/0130366-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : **FABIANO FELIZ DOS REIS**  
**ADVOGADOS** : **RENATA FERNANDA PINHEIRO DA CRUZ - RJ096267**  
                  **ROBERTO VENCESLAU VIANNA - RJ133306**  
                  **AMANDA DA MOTTA MOSCOSO - RJ160250**  
**AGRAVADO** : **UBIRATAN JOSE DOS SANTOS**  
**AGRAVADO** : **ESTEVES EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA**  
**ADVOGADOS** : **NERIVALDO LIRA ALVES - RJ111386**  
                  **RENATA RAMOS DA CUNHA DO CARMO - RJ173241**

## DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por FABIANO FELIZ DOS REIS contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão assim ementado:

*"INDENIZATÓRIA. VÍTIMA DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 186 E 927 DO CÓDIGO CIVIL. SENTENÇA JULGANDO IMPROCEDENTE O PEDIDO. CONJUNTO PROBATÓRIO INSUFICIENTE PARA COMPROVAR A CULPA DO RÉU PELO EVENTO DANOSO. - Na ausência de demonstração da culpa pelo evento danoso (art. 373, I, do CPC/15), mantém-se hígida a sentença de improcedência, consoante os reiterados precedentes do Superior Tribunal de Justiça bem como deste Egrégio Tribunal. RECURSO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO" (fl. 182, e-STJ).*

No recurso especial, o recorrente alega violação dos artigos 405, § 3º, IV, 414, § 1º, e 523 do Código de Processo Civil, ao argumento de que a testemunha do agravado é funcionário do réu e que não foi intimado para comparecer à audiência de instrução e julgamento, tendo ido com o próprio empregador. Houve contradita. Sustenta, ainda, violação dos artigos 186, 927, 932, III, e 944 do Código Civil e aduz que a responsabilidade dos réus está comprovada nos autos, assim como os danos morais sofridos pelo ora agravante.

Não admitido o recurso na origem, vieram os autos conclusos a esta relatoria. É o relatório.

### **DECIDO.**

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

O Tribunal de origem decidiu a causa com base nos seguintes fundamentos:

*"(...) a testemunha, em que pese funcionária do segundo réu,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*presenciou o evento danoso. Ademais, pelo que consta da assentada (ind.93), o autor só apresentou o seu inconformismo após prestado o depoimento, o que não se coaduna com o disposto no artigo 414 do CPC/73, o qual prevê que a contradição deve ocorrer em momento anterior.*

*A questão recursal cinge-se à análise da pretensão indenizatória - danos materiais, morais e estéticos - que restou afastada pela d. sentença, consubstanciada na colisão automobilística supostamente ocasionada pelos réus.*

*Ressalte-se que a responsabilização civil, no caso em análise, funda-se na teoria subjetiva, que tem como base legal os art. 186 e 927 do Código Civil, impondo a obrigação de indenizar àquele que comete ato ilícito.*

*A violação do dever jurídico de não lesar outrem (neminem laedere), imposto a todos indistintamente nos artigos supramencionados, configura ato ilícito, gerando, por consequência, o dever de indenizar.*

*Com efeito, para que seja configurada a responsabilidade subjetiva, necessários que estejam presentes seus elementos essenciais, que são: ação ou omissão, culpa ou dolo do agente, nexo de causalidade e dano.*

*Entretanto, as provas colhidas não foram suficientes para comprovar a responsabilidade dos réus pelo evento danoso, e, por consequência, para caracterizar o nexo de causalidade entre a conduta realizada e os prejuízos experimentados pela parte autora.*

*Veja-se que a testemunha arrolada pelo próprio autor declara que o mesmo conduzia a sua motocicleta no denominado 'corredor'. Veja-se:*

*'que antes do choque a moto estava também na terceira faixa, na verdade entre uma faixa e outra por onde transitam os veículos; que a moto trafegava entre a segunda e terceira faixa (fl. 85).'*

*Neste ângulo de visada, em que pese não se negar os prejuízos experimentados pelo autor, mormente em razão do laudo médico e exames anexados aos autos, tem-se que, frise-se, não restou comprovado o nexo de causalidade entre a conduta dos réus e os danos sofridos.*

*Ademais, oportuno esclarecer que, malgrado o primeiro réu não houvesse sinalizado quanto à mudança de faixa, o que se admite apenas hipoteticamente, inexistem provas de que tal conduta pudesse ocasionar o evento danoso.*

*Acrescente-se que consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, sendo o nexo causal um dos requisitos do dever de indenizar, o ônus da prova de sua ocorrência, salvo quando presente a possibilidade de inversão, incumbe ao autor da ação. 2 Logo, cuidando-se de responsabilidade subjetiva e à míngua de elementos probatórios acerca da culpa dos réus pelo evento danoso (artigo 333, I, CPC 73 e 373, I, do CPC/15), tenho que a r. sentença não merece reparos" (e-STJ fls. 186/188).*

Nesses termos, alterar as conclusões do acórdão recorrido no que diz respeito à responsabilidade pelo acidente exigiria o reexame do contexto fático-probatório dos autos, inviável na estreita via do recurso especial (Súmula nº 7/STJ).

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 1.000,00 (um mil

# *Superior Tribunal de Justiça*

reais), os quais devem ser majorados para 1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observada o benefício da Justiça Gratuita, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 30 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator

